

O ENSINO DE LITERATURA: PELOS CAMINHOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

THE LITERATURE TEACHING THROUGH UNIVERSITY EXTENTION

UFGD - MS

Alexandra Santos Pinheiro¹

RESUMO

A discussão que se fará é resultado do curso de extensão “Formação continuada de professores: Caminhos para o Letramento”, proposto por professores doutores da Faculdade de Comunicação Artes e Letras da Universidade Federal da Grande Dourados e aprovado pelo Ministério da Educação em setembro de 2008. No presente texto, a ênfase será dada ao curso de Formação Continuada sobre o Ensino de Literatura e à recepção dos professores de Educação Básica que participaram da formação. As angústias dos docentes em ensinar a ler Literatura e a resistência por parte deles de disporem de tempo para a leitura norteiam a elaboração desse texto.

Palavras-Chave: Extensão, Literatura, professores, leitura.

ABSTRACT

This article results from the extension course Teacher Continuing Education: Paths to Literacy, proposed by professors from the Faculty of Communication Arts and Letters of Federal University of Grande Dourados. It was approved by Education Ministry in September, 2008. This article discusses the Continuing Education Course about Literature Teaching and its reception by the elementary school teachers who took part in it. Teachers' anxieties in teaching Literature and their student's resistance to spend time reading guides this study.

Keywords: Extension, Literature, Teachers, Reading.

¹ Professora adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD – MS. Doutora em Teoria Literária pela Unicamp e membro do grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos Literários”, cadastrado no CNPq. E-mail: alexpin24@yahoo.com.br

Introdução

Se, por não ser que de excesso de socialismo ou barbárie, todas as nossas disciplinas deveriam ser expulsas do ensino, exceto uma, é a disciplina literária que devia ser salva, pois todas as outras ciências estão presentes no monumento literário” (BARTHES, R. Aula, 1980).

No Brasil, as *Orientações Curriculares* (2006) definem o Letramento como “estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita”. O Letramento Literário seria visto, então, como estado ou condição de quem não apenas é capaz de ler poesia ou drama, mas dele se apropria efetivamente por meio da experiência estética. Todavia, a trajetória de formação do leitor de Literatura sempre privilegiou o fragmento literário, o recorte feito por alguém, não o livro. Desta forma, os fragmentos literários, a maioria presente em Livro Didático, tira da escola o livro, que congrega autor e obra, sociedade e mundo representado, cultura e economia.

Ao professor caberia explorar as potencialidades desse tipo de texto, criando as condições para que o encontro do aluno com a literatura fosse uma busca plena de sentido na leitura do texto literário. Por essa perspectiva, teríamos o ensino da Literatura pautado no Letramento, ou seja, na busca do conhecimento, a partir do texto literário, pelo próprio aluno e no cotidiano social em que todos estão inseridos.

O problema é que quando o educador atua em sala, geralmente, baseia-se nos fragmentos literários encontrados nos livros didáticos e na síntese das características literárias na qual determinado autor e obra estão inseridos. Mas como formar professores leitores?

O professor deve perceber que a prática de leitura só pode ser atingida a partir de uma reflexão pautada num referencial teórico sustentado pela importância da Literatura para a formação social, psicológica e cognitiva do cidadão e que corrobore para que o professor tenha uma prática docente sustentada por pesquisa. É, portanto, do papel do professor no processo de letramento literário dos educandos, que o presente artigo tratará.

A discussão que se fará é resultado do curso de extensão “Formação continuada de professores: Caminhos para o Letramento”, proposto por alguns professores da Universidade Federal da Grande Dourados. Os professores, vale dizer, trabalham com ações de Formação Continuada a um longo tempo e em diferentes regiões do Brasil. Um dos professores atuou em diversos eventos de letramento para docentes no Estado de São Paulo e fora dele. O outro, desde 2002, atua nas redes municipal e estadual do Paraná, trabalhando com cursos de formação continuada em Língua Portuguesa, Literatura, Literatura Infanto-Juvenil. Ambos docentes ingressaram há pouco menos de um ano na UFGD e, como responsáveis pelo Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa e de Literatura, já tiveram a oportunidade de conhecer alguns aspectos das instituições escolares da cidade de Dourados.

Com quase 200 mil habitantes, o município de Dourados destaca-se pela diversidade étnica, uma vez que quilombolas, indígenas, japoneses e brancos marcam a cultura da cidade. Unidos pela experiência na formação docente, os professores ficaram surpresos quando, em visita às escolas parceiras do Estágio Supervisionado do curso de Letras-FACALE, receberam dos professores o pedido de organizarem um curso sobre o ensino de Língua Portuguesa e de Literatura. Vale ressaltar, aqui, que a situação dos professores das escolas estaduais do Mato Grosso do Sul merece um destaque especial, já que o estado ainda não conta com um plano de carreira que valorize a formação continuada dos docentes. O próprio município de Dourados, que atende vários municípios vizinhos, não tem um Núcleo Estadual de Educação. Das solicitações realizadas pelos professores nasceu o curso “Formação continuada de professores: caminhos para o Letramento”, citado anteriormente, e do qual tiramos a reflexão que se segue.

O PROFESSOR E O LETRAMENTO LITERÁRIO

Quando as inscrições foram abertas, cento e cinquenta professores preencheram o formulário para participar do curso, o que nos deixou motivados. A intenção inicial era a de abrir sessenta vagas, mas o número considerável de procura motivou-nos a formar duas turmas. A proposta de formação continuada dialoga com autores que defendem uma prática educativa associada à pesquisa (DEMO, 1999; SOARES, 2007; FAZENDA, 1991). Além disso, o curso é pensado a partir de referenciais que defendem procedimentos teóricos para que o Letramento (escolar, social e literário) aconteça.

De modo geral, os cursos de formação continuada possibilitam apreender as dificuldades teórico-metodológicas da prática dos professores da Educação Básica. Na questão do Letramento Literário, orientamos que só é possível formar leitores literários quando os docentes são envolvidos pela prática da leitura. Mas, infelizmente, o que se espera são fórmulas prontas para ensinar os alunos a gostarem de Literatura.

Assim, sem o engajamento de professores leitores, também se torna difícil explicar que o Letramento literário deve partir das práticas de leitura dos alunos (novelas, filmes, diários, desenhos animados...) para leituras mais elaboradas, que exigem um esforço maior de interpretação. Diante de um grupo significativo de professores que demonstra pouca familiaridade com os livros, recorreremos aos estudos de Regina Zilberman, que no final da década de 70 já apontava para os motivos da “Crise da leitura” no Brasil.

Por outro lado, quando pensamos na “crise da leitura” e na crise do ensino de Literatura na escola, fica difícil acreditar que a prática de leitura de livros, principalmente os literários, tenha sido, em outros séculos, motivo de preocupações. Como mostra a pesquisa de Márcia Abreu (2003), houve época em que o próprio ato de ler era visto, por estudiosos europeus, como prejudicial à saúde, podendo, inclusive, levar à loucura. Nesse tempo, os que combatiam a prática de leitura foram confrontados por adeptos que afirmaram a sua eficácia para o desenvolvimento humano. Para os favoráveis à prática da leitura, fazia-se necessário instruir sobre como ler e o que ler.

Surgem, então, vários manuais ensinando a ler, com observações que abrangiam desde a maneira de segurar e folhear a obra até os cuidados de como selecionar o material a ser lido. Tratava-se de manuais similares aos vários livros pedagógicos que circulam hoje nas escolas. Autores decididos a amenizar os problemas da (não) leitura indicam aos professores algumas atividades de prática de leitura, ensinam como selecionar os livros, explicam sobre a psicologia que norteia a faixa-etária de cada aluno. Mas, apesar de tudo, a “crise” ainda persiste e é tema recorrente nas mesas de debate do COLE- Congresso de Leitura do Brasil.

As escolas são instituições às quais a sociedade delega a responsabilidade de prover as novas gerações das habilidades, conhecimentos, crenças, valores e atitudes consideradas essenciais à formação de qualquer cidadão. Mas, baseando-nos em pesquisas de Kleiman (2001/2003), Rojo (2006), Soares (2003), a relação entre escola e letramento é complexa. Há uma espécie de ‘controle’ da escola, ao invés de expandir práticas sociais. O LETRAMENTO ESCOLAR é insuficiente para medir e avaliar as habilidades de leitura e de escrita.

Em países como o Brasil, o funcionamento inconsistente e discriminatório gera padrões múltiplos e diferenciados de aquisição do letramento. Desse modo, tendo ciência deste tipo de letramento efetuado nas escolas, seria significativo avançar para

as práticas sociais que marcam a vida dos sujeitos envolvidos. Entendemos, assim, que o docente/discente inserido em práticas sociais de leitura/escrita de gêneros diversos que circulam socialmente (da esfera literária e não literária, como sugerem os PCNs) deve ser considerado uma pessoa letrada. Comprendemos, ainda, que o direito ao acesso à leitura e a dinâmica que lhe envolve deve ser um direito inalienável do homem, em época de extrema competitividade e globalização.

Em se tratando do letramento literário, é preciso pensar em várias questões: o acesso aos livros, a formação de professores, a valorização do livro dentro da família e a questão da tecnologia, para citar apenas as que interessam para esse debate. Diante de uma sociedade tecnológica, com importantes descobertas científicas, em que o indivíduo, na mais tenra idade, tem acesso à *internet* e a partir dela ouve música, joga, assiste filmes, conhece lugares e pessoas, por que insistir na Literatura (no livro literário)? Por que se empenhar para que nossos alunos (e nós também) tenhamos na obra literária uma opção para o prazer, para o conhecimento e para a formação subjetiva e social? E por que insistimos na afirmação de que no Brasil se lê pouco?

Regina Zilberman (1982) mostra algumas contradições em relação à chamada crise de leitura. De acordo com sua pesquisa, nos anos 70, quando iniciaram efetivamente as reflexões sobre a (não) leitura, acontecia o crescimento da população urbana, decorrente da oferta de trabalho nas indústrias. Esse aumento da população, por sua vez, exigiu uma reformulação da estrutura escolar, devido à ampliação do número de alunos. Assim, dentre as novas propostas pela reforma de ensino instituída na nesse período, o texto literário ganha destaque em sala de aula, as editoras passam a investir na publicação de obras infantis e um elevado número de livros passa a circular nos acervos escolares.

O apontamento histórico que apresentamos demonstra que, aparentemente, não há lugar para a chamada crise de leitura. Se houve o aumento do público leitor e a ampliação na oferta de obras literárias, onde estaria a crise? De acordo com Zilberman (1982), a contradição instalava-se na recusa à leitura. O público leitor, em potencial, não demonstrava interesse pela leitura das obras literárias. Essa recusa, infelizmente, ainda é a motivação para o debate acerca do ensino de Literatura. A diferença é que ao debate são acrescidos outros (não) leitores: os professores e a família.

Talvez devêssemos pensar que a (não) leitura é uma questão que não perpassa apenas a questão pedagógica, pois, se assim fosse, a diversidade de obras que ensina a “ensinar a ler” já a teria solucionado. A história da leitura demonstra que esse assunto envolve poder político, poder econômico e poder social. Vale lembrar, que essa história também é marcada, como elucida o trabalho de Márcia Abreu, pela censura, ou seja, pelo poder de definir o que podia e o que não podia ser impresso. Devido a isso, é compreensível que a questão ainda seja discutida.

Ao nos referirmos à leitura, seria interessante observar que concebemos o ato de ler como um processo trabalhoso que exige “esforço, treino, capacitação e acumulação” (AZEVEDO, 2006). Sobre a definição de leitura, optamos pela de Eni Orlandi (2006), que, pela visão da Análise do Discurso, define a leitura como “compreensão, não apenas decodificação”.

A leitura seria o momento crítico da construção do texto, um processo de interação verbal que faz desencadear a assimilação dos sentidos. O leitor, por sua vez, seria aquele que consegue atribuir sentido a um diversificado número de textos. É leitor aquele que, devido à familiaridade com a escrita consegue diferenciar os tipos de gêneros literários e

não literários e os motivos que o levam a escolher uma leitura em detrimento da outra.

Nesse sentido, para que a leitura seja inserida como uma forma de aproveitar o tempo livre, ou seja, para que seja vista como lazer, faz-se necessário que o indivíduo torne-se um leitor e esse processo, como vimos, exige esforço e dedicação. É necessário saber por que lemos, precisamos atribuir sentido à leitura, e isso exige prática, treino, acúmulo de informação, raciocínio.

A arte literária, se observada pela afirmação de Barthes na epígrafe desse texto, deveria fazer parte do ambiente familiar e escolar desde os primeiros meses de vida. Essa afirmação pode parecer utópica, mas não é. Ela está fundamentada em um referencial teórico que nos permite acreditar que a democratização do ensino exigiria um repensar sobre nossa história sócio-econômica de exclusão.

A introdução aos Parâmetros para 5^a a 8^a série lembra a importância de a equipe escolar conhecer o contexto social, histórico e econômico em que os alunos estão inseridos, para, desta forma, compreenderem seus anseios, contribuindo para que os educandos vivenciem, de maneira saudável, o seu momento presente. As aulas de literatura no Ensino Médio constituem um exemplo prático dessa observação feita nos Parâmetros. Diferentemente da proposta dos novos ordenamentos pedagógicos, a Literatura, no Ensino Médio, é estudada como uma preparação para o vestibular, o contato com o texto literário é substituído pelo resumo e a discussão da obra pela síntese da época e das características da escola literária que integra o seu autor. Desta forma, a Literatura só existe condicionada às exigências do vestibular e não como fonte de conhecimento subjetivo, psicológico, cognitivo, social...

Quando trata da linguagem, os Parâmetros demonstram a interdisciplinaridade que a envolve, lembrando que várias áreas do conhecimento buscam na linguagem o suporte para seus objetos de estudo. De acordo com os Parâmetros, a linguagem só pode ser estudada em sua interação social, só existe enquanto expressão comunicativa entre os sujeitos. O efetivo ensino de Literatura pode atender a essa expectativa.

A Literatura é por natureza interdisciplinar, está inserida em um tempo e é escrita a partir de um enfoque histórico, social e político. Ela também é a prova de que a linguagem só existe enquanto interação social, pois é expressa por alguém que deseja ser compreendido pelo outro; sem a relação entre autor, texto e leitor não há Literatura. Mesmo compreendendo que os Parâmetros não são (e não pretendem ser) a solução definitiva para o problema do Ensino de Literatura e para a crise da leitura, sentimos falta de um maior destaque para a Literatura e a sua importância para a formação do sujeito social e ético, como sinalizam os Parâmetros.

Regina Zilberman (1987) também aponta outras contradições encontradas nos Parâmetros. Para a autora, “a ênfase dada ao ensino da língua como um meio para melhorar a qualidade da produção linguística” poderia significar uma ruptura com o ensino tradicional. Porém, um olhar atento, de acordo com a autora, pode conduzir o ensino da língua, caso se prenda em demasia à meta de oferecer “um conjunto de atividades que possibilitem ao aluno desenvolver o domínio da expressão oral e escrita em situações de uso público da linguagem”, ao antigo ensino de retórica, com uma concepção apenas pragmática e utilitária da língua.

Mas seria ingenuidade afirmar que alguns professores resumam a aula de Língua Portuguesa ao estudo da gramática, da redação e da interpretação de texto apenas pelo pouco comprometimento com a leitura. Acreditamos que, da mesma forma que a leitura

está presa a uma história de censura e de equívocos, o ensino de Literatura está comprometido pela grade curricular dos cursos de Letras, pelo não comprometimento de alguns docentes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio com a leitura; pelos salários desestimulantes dos educadores; pela injusta distribuição de renda praticada no Brasil, dentre outros elementos. Os cursos de licenciaturas, especialmente o de Letras, poderiam contribuir para que os acadêmicos tivessem a oportunidade de refletir sobre a rede que envolve a questão da leitura e do ensino de literatura no Brasil.

Assim, os cursos de formação continuada representam uma alternativa para que os egressos dos cursos de Letras, principais responsáveis pela formação de leitores, discutam alternativas teórico-metodológicas para sua prática docente. A democratização da leitura literária só será representativa quando os mediadores entre livros e alunos – os professores – tornarem-se leitores e responsáveis pelo exercício de sua prática docente.

Vale lembrar que todas as escolas de Dourados, segundo informações do site do INEP, demonstraram necessitar das ações a serem implementadas neste projeto. A média da prova objetiva do ENEM, por exemplo, é de 43,824. O estado de Mato Grosso do Sul ficou com a média de 43,267, ou seja, abaixo da média nacional. O município de Dourados, onde a ação transcorrerá, ficou com a média de 44,538. Ainda que a média do município supere as médias nacional e estadual, a média do município não ultrapassa os 50 % de aproveitamento nas diversas habilidades aferidas pelo ENEM. Ao consultar o resultado da rede privada, percebemos que sua média é bastante superior à rede pública, fato comprovado também em âmbito nacional.

Acreditamos que a leitura é um dos instrumentos mais significativos para a formação do cidadão. Todavia, a prática precisa ser acompanhada a partir de um referencial teórico-metodológico que permita ao estudante estabelecer relação entre o texto e leitor, contemplando sua subjetividade e seu meio social. Além disso, como afirmam teóricos como Rildo Cosson (2006), Magda Soares (2007) e Eni Orlandi (2006), faz-se necessário oferecer ao leitor em formação mecanismos para que ele consiga perceber a intertextualidade, o ponto de vista do autor, a origem do texto, a contextualização do material impresso, dentre outros elementos que permitam a transformação do sujeito e, em consequência, a resignificação do meio que o cerca.

Diante do exposto, trabalhar a partir da teoria do Letramento pode contribuir para que a prática dos docentes seja redimensionada para projetos que promovam, efetivamente, o Letramento (social, escolar, literário). A partir do processo de Letramento, acreditamos ser possível melhorar o desempenho de nossos educandos, ao mesmo tempo em que permitimos aos educadores a resignificação de sua prática, mesmo atuando em número reduzido de escolas.

Em suma, o curso ministrado para os 150 professores é pensado no sentido de oportunizar uma reflexão sobre uma prática docente que faça sentido para os estudantes. Em especial sobre o Letramento Literário, aproveitamos o momento de formação para resgatar a trajetória de leitor literário dos acadêmicos e dos professores. Ao mesmo tempo, procuramos despertar entre os que ainda não se encontraram com o livro, o desejo de principiar a sua formação, uma vez que só teremos a efetivação do Ensino de Literatura nas escolas se for possível contar com o trabalho de professores leitores.

Vale lembrar, mais uma vez, que essa prática só poderá ser atingida a partir de uma reflexão pautada num referencial teórico sustentado pela importância da Literatura para a formação social, psicológica e cognitiva do cidadão e que corrobore para que o

professor tenha uma prática docente sustentada por pesquisa. Assim, fica acertada a teia que sustenta o Ensino de Literatura: políticas públicas, professor leitor, leitura de texto e não de fragmento. Ficamos na torcida para que essa malha origine um cidadão leitor, aquele que se insere politicamente, compreende-se como um agente histórico, transforma-se e transforma a realidade que o cerca.

TECENDO CONCLUSÕES

Ao tratar da prática do educador, Pedro Demo afirma que ela (a prática) deve estar pautada na teoria, que deve, por sua vez, ser confrontada com a realidade histórica. Como ficaria, diante das apreciações acima, o Ensino de Literatura? O curso de Letras, de forma geral, tem a responsabilidade de formar professores com conhecimento teórico para atuar no ensino de Literatura, adotando uma prática coerente com o referencial teórico e com a realidade social, econômica e histórica do grupo que pretende formar. A união entre teoria e prática deveria nortear a prática docente. Desta forma, o ensino de Literatura no ensino Fundamental e no Ensino Médio não ficaria prejudicado pela fragilidade conceitual de alguns docentes que se escondem nos livros didáticos e os usam sem nenhum tipo de senso crítico.

Ao longo do século XIX, a Literatura foi amparada pela crença de que a palavra tinha um poder ilimitado e de que a prática de Literatura era uma espécie de veículo tradutor da realidade, com o poder de espelhar o mundo e seus contornos. Hoje, a visão da Literatura busca, como afirma Marisa Lajolo, a “grande aventura da significação provisória”, transformando esse provisório na “arma de sua permanência”. A arte literária passa a ser vista como “instauração de uma realidade, apreensível apenas na medida em que permite o encontro de escritor e leitor sem que, entre ambos, haja qualquer acordo prévio quanto a valores, representações, etc.”.

Por outro lado, a concepção de Literatura relaciona-se, diretamente, com a questão da leitura, entendendo-a como um processo de construção de sentidos. Como afirma Vernier, “escrever, como ler, é sempre lançar questões à linguagem, às normas estéticas estabelecidas”. Antonio Candido afirma que a Literatura tem a capacidade de “confirmar a humanidade do homem”, derivando, entre suas funções a de “satisfazer à necessidade universal de fantasia, contribuir para a formação da personalidade e ser uma forma de conhecimento do mundo e do ser” (Cf. Ciência e Cultura). Pela importância que acreditamos ter a Literatura, observamos que ela merece uma discussão contínua, na medida em que, tanto o fato literário como a crítica e a teoria que de se ocupam estão ligados ao momento histórico em que são produzidos.

O papel do professor leitor na Formação de leitores literários, para retomar o título dessa comunicação, seria primeiro o de ser leitor literário; segundo, o de estar em constante formação; e terceiro, o de encarar a disciplina de Literatura como algo que vai além das escolas literárias. É preciso ensinar a ler Literatura, é imprescindível ensinar a ler os diferentes gêneros literários, é necessário valorizar a Literatura com a qual o educando convive, mas também é preciso ensinar a ler a Literatura que compõe a tradição literária.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Os caminhos dos livros. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2003.

AGUIAR, Vera Teixeira de (Coord.). Era uma vez na escola: formando educadores para formar leitores. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001. (Educador em formação).

BARTHES, Roland. Aula. São Paulo: Cultrix, 1980.

BORDINI, Maria da Glória; AGUIAR, Vera Teixeira. Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. Orientações curriculares para o Ensino Médio. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade. São Paulo: Companhia Nacional, 1973.

COSSON, Rildo. Letramento Literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípios científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1999.

FAZENDA, Ivani Arantes. A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas, SP: Papirus, 1991.

HOFFMANN, J. Avaliação: mito & desafio, uma perspectiva construtivista. 24. ed. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998.

LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. São Paulo: Ática, 2002.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Discurso e leitura. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PAIVA, Aparecida (Org.). Literatura e letramento: espaços, suportes e interfaces, o jogo do livro. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE/FAE/UFMG, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

AZEVEDO, Ricardo. Razões para a formação de leitores. In: SOUZA, Renata Junqueira (Org.). Caminhos para a formação do leitor. São Paulo: DCL, 2004.

ZILBERMAN, Regina. (Org.). Leitura em crise na escola: as alternativas do professor. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

